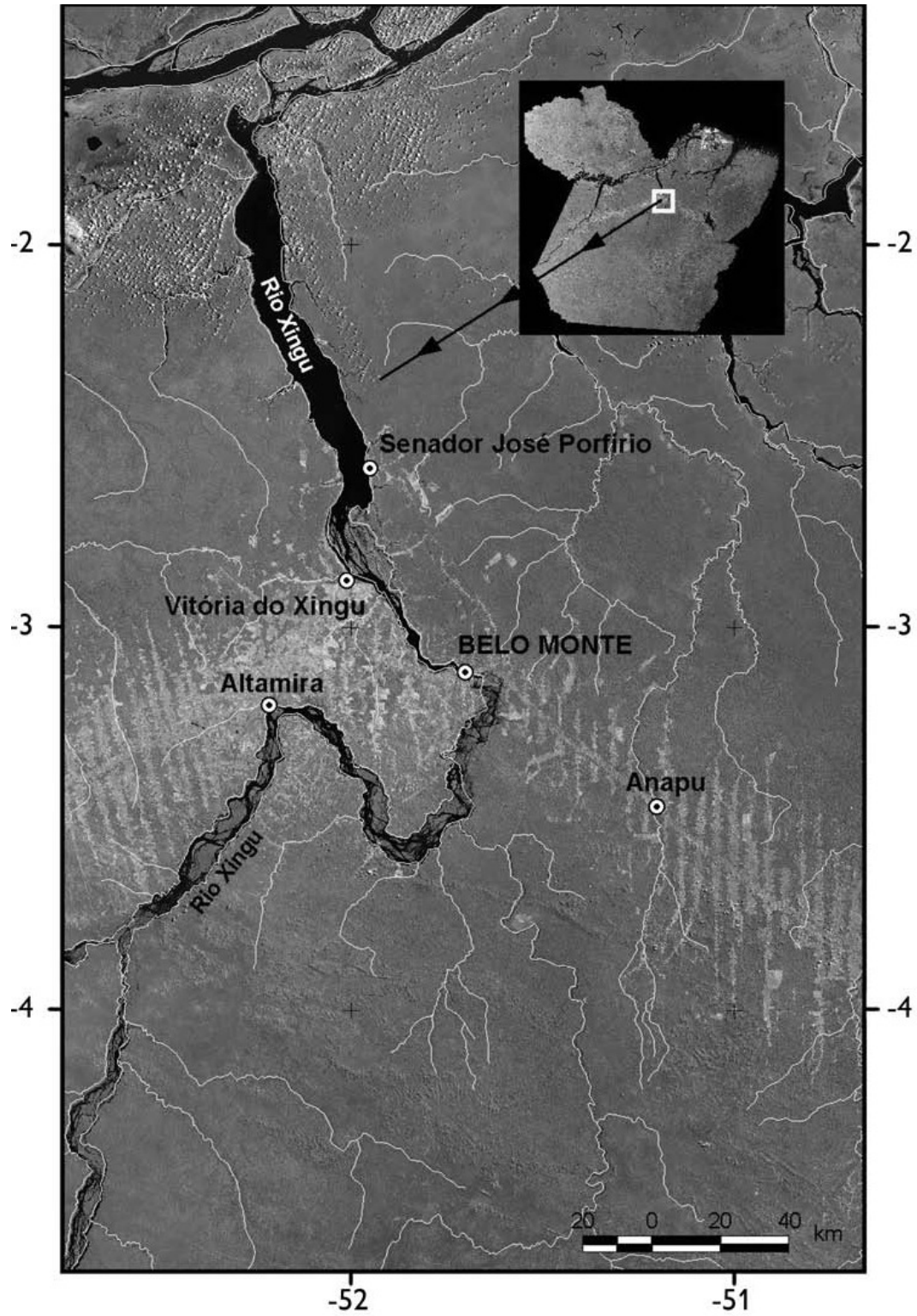


Hidroelétrica de Belo Monte

*Lucy Castilho da Silva

Rio de Janeiro, 02.02.11



Sumário

INTRODUÇÃO	03
PARTE I - O IMBRÓGLIO	05
PARTE II - OS PENSADORES	15
PARTE III - O EXECUTIVO BRASILEIRO	19
CONCLUSÃO	22
BIBLIOGRAFIA.....	27

INTRODUÇÃO

Trata-se de um assunto complexo e, que envolve interesses conflitantes. Destarte, buscamos lançar luz sobre assunto, tão obscuro para a maioria. Escolhemos a ótica da integridade territorial, que nos foi penosamente legada pelos colonizadores portugueses. No local, existiu o pasto de rebanho bovino (1) – depois de queimadas e desmatamento na Floresta Amazônica. Para entender o busílis da polêmica, recorreremos aos conceitos: soberania (2) e desenvolvimento (3) e, só depois, pudemos discernir e concluir:

I – Para melhor apreender o fato, e suas circunstâncias, pesquisamos o local como realmente é; os interesses envolvidos, e os projetos do Brasil. Deixamos de aprofundar o assunto, no que diz respeito ao impacto sobre o entorno, vez que a Eletrobrás, em seu *site*, esclarece todas as modificações realizadas, para minimizar os efetivos danos alegados;

II - Como cabe avaliar o tema, sob a ótica dos especialistas, em Geopolítica e a Estratégia, fizemos pesquisa bibliográfica e, constatamos, que com raras e honrosas exceções, o assunto, até bem pouco tempo, era privativo dos militares e suas guerras. Ocorre que hoje o tema deixou de se originar nos quartéis e passou a ser de interesse das grandes empresas de negócios multinacionais. Atualmente, em virtude da globalização, as transnacionais penetram no território de outro país, levando a cultura da matriz, com *animus* igual aos dos quinhentistas europeus - mas isto é assunto para outro trabalho;

III - Encontramos, no setor governamental estratégico, - *site* oficial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) - o plano intergovernamental, em sua 6ª Edição, acerca do desenvolvimento do Brasil, batizado de “ Brasil 2022 “; Ademais, consultamos outros textos do Sr. Ministro, nos quais apuramos sua *meta optata. Mudou o governo, nada mudou.*

IV – Comparamos a expectativa no texto ministerial, com o pensamento geopolítico do General C. P. F. Pereira, em obra, lançada em 2007, que alerta sobre o que acontecerá, daqui a dez anos, na América do Sul, se não houver

desenvolvimento. Ora, se assim é, a Hidroelétrica de Belo Monte pode vir a ser o vetor de desenvolvimento e integração, com outros países a Amazônia.

Ademais, cumpre ressaltar, que todos os dados da *internet* foram confrontados, com aqueles do Atlas Escolar do IBGE, edição de 2004, obra mais atual, já que a próxima, aguarda o Censo de 2010. Ademais, trouxemos nosso depoimento pessoal, acerca da iniciativa de alguns setores, objetivando o uso do *ensino à distância*, como ligação da população, pela Cultura.

PARTE I – O IMBRÓGLIO

O Brasil inteiro assistiu, pela televisão, uma cena de agressão à faca a um engenheiro, que na ocasião respondia pela obra da Hidroelétrica Belo Monte a se realizar. Com este gesto, o agressor, travestido de índio pintado para a guerra, pretendeu inviabilizar a obra.

O projeto foi refeito, atendendo algumas demandas, mesmo assim gerou uma série de discussões jurídicas, que ultrapassadas motivaram novo avanço no projeto, eis que, nova medida liminar suspendeu, configurando o uso do Judiciário, por motivo político (ou será entreguista?). Causa-nos surpresa a orquestração afinada contra a o empreendimento, quando todo país sabe que obras estruturais pararam no setor energético, há vinte anos.

Recentemente, houve interrupção de energia, em grande parte do território nacional. Naquele momento, até os mais desavisados, perceberam o quão urgente seria recomeçar com investimentos. Oxalá ainda dê tempo para isto!

Dentre as opções, a escolha deve, hodiernamente, recair em processos de geração de energia, não poluentes. O território brasileiro tem situação impar, em recursos hídricos, capacitando-o a, preferencialmente, utilizar este tipo de energia “limpa”. A decisão de qual bacia hidrográfica será escolhida, não é da competência do cidadão, mas do Estado Brasileiro o fará, segundo o que for melhor para o país.

No site da Eletrobrás (4), podemos ver o local e o seu aproveitamento constatando a diminuição do impacto da obra, sobre o entorno. Entretanto, *ad cautelam*, vamos avaliar as circunstâncias no território. Vejamos:

1– Quanto ao que diz respeito à Bacia Hidrográfica do Xingu, temos a dizer que **o Xingu, afluente do rio Amazonas**, possui 1.979 km (1.230 milhas) de extensão e corre do cerrado, ou savana tropical da região central do estado do Mato Grosso, rumo ao norte na Amazônia. A sua bacia cobre uma

área de 531.000 km² (5). Nesse rio, apenas o "baixo Xingu", no trecho de 236 km, compreendido entre a foz e Belo Monte, apresenta boas condições de navegabilidade, com profundidade mínima de 6 m no período de águas altas e de 2,70 m no período de águas baixas (6);

2 – Quanto ao Relevo do local e aproveitamento hidroelétrico proposto, cumpre ressaltar, *que se localiza* Belo Monte no Planalto Sul da Amazônia (7) na Serra dos Carajás (8). A obra encontra-se na Volta Grande do rio Xingu, Estado do Pará, atingindo os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. A Barragem principal (está localizada no sítio Pimentel, 40 km a jusante da cidade de Altamira), de terra homogênea, e de entroncamento, possui 6.200 m de comprimento total e altura máxima de 36 m (9). O Reservatório terá área total do espelho d'água 516 km², e nível máximo normal de operação na cota 97 m, sem capacidade de acumulação, abrange partes distintas: (a) Calha do rio Xingu, compreende a área de inundação do rio Xingu na cota de 97m; (b) Reservatório dos canais, compreende terrenos da margem esquerda, área que será inundada pelas vazões desviadas do rio, através dos canais de derivação. A Usina principal de Belo Monte se localizará no sítio Belo Monte e terá (20) potência instalada de 11.000 MW unidades geradoras tipo Francis, com eixo vertical, de 550 MW cada. Foi projetada para uma geração a fio d'água, ou seja, o número de turbinas acionadas depende essencialmente das vazões naturais afluentes a casa de força. Já a Usina complementar está situada na barragem principal, na margem esquerda do rio Xingu, terá potencia instalada de 231,1 MW (nove turbinas tipo bulbo, com 25,9 MW cada);

3 - Quanto à população local, é composta dos moradores da periferia das cidades citadas e índios de reservas indígenas (9), que estão agrupados: (a) Ao sul (Kaiapó; Menkragnoti e, em demarcação, Baú); (b) Ao norte (Arawete Iguarape Ipixuna e, em demarcação: Apyterena).

Ora, as tribos ao Sul, estão antes da região em que as águas do Rio vão ser represadas - vez que o rio corre de Sul para Norte e desemboca no Amazonas – logo, não terão mudança nos hábitos. Quanto aos que estão rio abaixo, só temos notícia (10) da demarcação de uma, nas margens fluviais. Trata-se da Reserva da Arawete Iguarape Ipixuna. A obra, como já dissemos,

inclui o remanejamento de moradores nas periferias das cidades envolvidas (11) .

A respeito da ocupação humana na Amazônia, claudicam aqueles que acreditam que os índios, que os portugueses encontraram em todo o litoral – que desconheciam o conceito de “propriedade” - foram os primeiros ocupantes do local. Ao contrário, eles foram os últimos, pois, dominaram antigos moradores, de estágio civilizacional superior, e ocuparam o espaço. A maior prova da existência destes antecessores é a sofisticada cerâmica marajoara, cujos criadores desapareceram, bem antes da chegada dos europeus (12).

No Brasil da Colônia portuguesa, os jesuítas, ao catequizarem os nativos, aprenderam suas línguas e através deste legado, pudemos avaliar o quanto importante foi a influência indígena, em nossa cultura. Depois do Tratado de Madri, de 1750, Marquês de Pombal mandou (13) seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao Brasil, onde nos cinco anos seguintes providenciou a construção de fortes (no limite amazônico, definido no tratado de 1750), expulsou os jesuítas espanhóis, confiscou-lhes as rendas, rebatizou todos os povoados, com nomes das cidades lusitanas e redistribuiu a obra de evangelização, entre as Ordens religiosas sediadas em Portugal. Muitos povoados são cidades hoje. A conclusão que salta aos olhos é a de que Portugal, ao tempo em que era metrópole, agiu com estratégia e guardou para o nosso futuro, um patrimônio que, nós brasileiros republicanos, não estamos cuidando devidamente.

Na época do imperador D. Pedro II, houve muita seca na nordeste e muitos foram tentar a sorte na Amazônia, aproveitando o mercado para seiva das seringueiras, advindo com a indústria automobilística americana, e seus pneus. De outra feita, por acordo diplomático, com país vizinho, o governo brasileiro decidiu construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o que chegou a termo, com a contratação de mão de obra estrangeira, mas, tarde demais, pois, os maiores interessados haviam encontrado alhures, melhor fornecedor.

Na república, novo êxodo nordestino para o Amazonas aconteceu ao tempo da Segunda Guerra Mundial, em virtude de acordo entre os aliados Brasil e Estados Unidos, para fornecimento de látex. A mão de obra foi nordestina e o governo de Getúlio Vargas criou o Serviço Especial de

Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia para a realização do recrutamento.

Rui Barbosa, inspirou a nossa primeira constituição republicana, de 1891, mas a determinação (art.14) de que a União separasse terra, no Planalto Central, para a construção da nova Capital Federal, no oeste, não foi idéia sua, pois, também era projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva. Por volta de 1947, livro do Brig. Lysias Rodrigues chamou a atenção de todos para a importância da aviação, como meio de ligação para o

“desenvolvimento das áreas longínquas e despovoadas...”no Brasil e, defendeu, com entusiasmo, “uma política de interiorização e de mudança da capital, e de redivisão territorial (...), Preocupava-se, particularmente, com o futuro de nossas fronteiras com os estados europeus, ocupantes das Guianas” (14).

Aliás, hoje, pouco se fala dos interesses europeus, na Amazônia !

A construção de Brasília levou para o oeste, grande número de nordestinos, que lá se radicaram, após sua inauguração de Brasília em 1960. Marechal Castello Branco, e sucessores fizeram obras estruturais, na Região Amazônica, como Zona Franca de Manaus, ou, construindo estradas, e com elas, fazendo surgir núcleos urbanos.

Atualmente, a Amazônia está habitada e sendo explorada, de forma legal, por vários grupos estrangeiros, mas, é relevante ressaltar, que em tempos de globalização, as empresas multinacionais estão subordinadas ao governo onde tem a matriz, e em seu interesse, trabalharão!

4 – Quanto à Densidade demográfica temos (15) na região de Belo Monte menos de um habitante, por km², e, analisando o mapa de Distribuição de população, na região aonde vai ser construída a hidroelétrica, constata-se que a população é inferior a 10.000 habitantes;

5 – Quanto à Vegetação do local, consultamos a Embrapa (16), em seu site e obtivemos as seguintes informações, que cotejamos com o mapa do IBGE (17):

À oeste:

“Floresta Ombrófila Densa (conhecida também por floresta pluvial tropical - Floresta Amazônica e Floresta Atlântica): caracteriza-se por fanerófitos, lianas e epífitas em abundância. Esta formação está condicionada a ocorrência de temperaturas elevadas, em média 25°C, e altas precipitações, bem distribuídas durante o ano, cujo período seco varia de 0 a 60 dias. Os solos predominantes dessa tipologia são os LATOSSOLOS VERMELHO Distroféricos (Latosolo roxo distrófico) e excepcionalmente os LATOSSOLOS VERMELHO Eutroféricos (Latosolo roxo eutrófico), originados de granitos e gnaisses, além de arenitos com derrames vulcânicos de vários períodos geológicos. Este tipo de vegetação foi subdividido em cinco faciações ordenadas segundo a hierarquia topográfica que refletem fisionomias diferentes de acordo com as variações ecotípicas das faixas altimétricas.” ;

À leste:

“Floresta Ombrófila Aberta: é considerada um tipo de transição da floresta ombrófila densa, caracterizando-se por gradientes climáticos com mais de 60 dias secos. Possui quatro faciações florísticas: com cipó, nas áreas de depressões circulares do embasamento pré-cambriano; com palmeiras, em terrenos areníticos que ocorre por toda a Amazônia e até mesmo fora dela; com bambu, ocorre da parte ocidental da Amazônia até o planalto meridional do Estado do Paraná (ocupando geralmente as áreas onde foram exploradas espécies nobres); com sororoca (*Phenakosperma guyanensis*) **no sul da bacia Amazônica, no médio rio Xingu**, ocorrendo em depressões que ficam temporariamente inundadas e em pequenas áreas onde predominam solos do tipo Latossolo Vermelho-amarelo”

A prova disto é fornecida pelo IBGE, no Atlas Escolar (18), em mapa, ambientado em 1976, onde constata-se numa mata, menos devastada, a coexistência das duas Regiões fitoecológicas, com uma área antropizada (18).

6 – No que diz respeito ao nível de desmatamento, temos a ponderar que a região vem sofrendo desmatamento e foi pastagem para o gado. O IBGE informou que antes de 2004 – já era computável, no local, um rebanho de gado bovino, de 400.000 a 799.900 cabeças e registrou isto no mapa (19).

O rio Xingu nasce em Mato Grosso, próximo à Cuiabá, e deságua no Amazonas, Pois, bem: O INPE, por monitoração via satélite, **apurou atual**

ação de grupos de desmatamento - conforme foi veiculado pelo (20) O Globo.com.br . No mapa do INPE percebe-se que existe um grupo de desmatamento na região em que o Rio passa entre o local da H de Belo Monte e Altamira.

7 - Riqueza mineral do local:

O Atlas Geográfico Escolar do IBG (21), mostra o esboço geológico de todo o país. Para interpretar o que significam as informações, concedemos a palavra a Breno Augusto dos Santos, que havia publicado, em 2002 o artigo: “Recursos minerais na Amazônia”, na Revista “Estudos Avançados, da USP”, de maio/agosto de 2002 - e no texto pesquisado na internet em 27 de setembro de 2010 - que assim dispôs (22):

... **“Província mineral de Carajás”**. Entre as áreas pré-cambrianas da Amazônia, destaca-se a província mineral de Carajás”. Sua evolução foi beneficiada por uma série de eventos geológicos, desde a consolidação de sua crosta até os tempos mais recentes, todos bastante favoráveis à formação de depósitos minerais. A conjunção de fatores, tais como tectonismo, vulcanismo, plutonismo, intemperismo e erosão, ocorrida numa área relativamente limitada — da ordem de 40 mil quilômetros quadrados — deu origem a um conjunto expressivo de jazimentos minerais de interesse econômico. Na província mineral de Carajás, predominou um vulcanismo básico arqueano, responsável pela metalogenia do ferro, do cobre (com zinco subordinado), do manganês e do ouro. O plutonismo granítico contribuiu para remobilizar — talvez adicionando conteúdo metálico ao sistema — e concentrar os elementos minerais. O magmatismo ultramáfico introduziu níquel na província — sendo que, localmente, na sua extremidade leste, existe a presença de cromo, platina e platinóides. A atuação conjugada do intemperismo e da erosão, em tempos mais recentes, sobre sedimentos clasto-químicos relacionados com o vulcanismo básico arqueano foi responsável pela concentração de depósitos residuais de ferro e manganês, bem com de ouro sobre rochas básicas e de níquel laterítico associado aos corpos ultramáficos. A geologia de Carajás possui características próprias, não reproduzidas em outras províncias metalogenéticas da Terra. Alguns geocientistas que têm estudado a região chegam a considerar o vulcanismo básico arqueano como sendo um *greenstone belt*, mas com características específicas nessa província — *greenstone belt* do tipo Carajás. Tudo começou na segunda metade da década de 1960, quando duas empresas americanas iniciaram programas de prospecção mineral na região com o objetivo de descobrir jazidas de manganês: a Union Carbide, para suprir suas fábricas de pilhas eletrolíticas, e a United States Steel, para alimentar suas siderúrgicas. Ambas tiveram sucesso em seus objetivos: a Union Carbide localizou os depósitos do Sereno, em 1966, nas proximidades de Marabá, mas a United States Steel, um ano depois, foi mais afortunada pela sorte, descobrindo os depósitos de Buritirama e também as fabulosas jazidas de ferro de Carajás. As jazidas de ferro de Carajás, com seus 18 bilhões de toneladas de minério, correspondem à maior concentração de alto teor já localizada no planeta. Estão distribuídas em quatro setores principais: serra Norte (N1, N4 e N5), serra Sul (S11), serra Leste e serra de São Félix, no

extremo oeste da região. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), estatal federal recentemente privatizada — iniciou sua exploração em 1985, no braço leste da jazida N4. Recentemente, a lavra também foi estendida para o braço oeste da N4 e para a jazida N5, ampliando a capacidade de produção anual para cerca de 50 milhões de toneladas. A quase totalidade do minério é destinada ao mercado externo (Japão, Alemanha, Itália e outros). Na área de influência da ferrovia de Carajás a São Luís — 890 quilômetros — há algumas usinas destinadas à produção de ferrogusa. Além dos dois depósitos de manganês localizados nas primeiras pesquisas em Carajás, há também o do igarapé Azul, descoberto no início dos anos 1970. A mineração foi implantada apenas nessa jazida, com produções anuais ao redor de um milhão de toneladas. As características do minério permitem a seleção de produtos para utilização siderúrgica, eletrolítica e química. O primeiro depósito econômico de cobre da Amazônia foi descoberto em Carajás, em meados da década de 1970, nas proximidades do igarapé Salobo e a noroeste das jazidas de ferro de serra Norte. O cobre está associado a magnetita e ouro, com prata subordinada. Já foi concluído o projeto para implantação da mineração, que está na dependência apenas de reavaliação econômica e financeira. Depósitos menores de cobre, localmente com zinco associado, foram descobertos na mesma época, no prolongamento oeste da serra Norte, nas proximidades do igarapé Pojuca.. Nas cabeceiras do igarapé Bahia — onde, na década de 1970, foram identificados os primeiros indícios de cobre em Carajás (anomalias geoquímicas em sedimentos de corrente) — descobriu-se recentemente expressivos depósitos de cobre (Corpo Alemão), associados a magnetita e ouro, que estão sendo avaliados”. (...)

““Algumas áreas da Amazônia apresentam vocação natural para uma industrialização baseada nos insumos minerais. No caso específico de Carajás — onde, ao lado da riqueza mineral da própria província, somam-se os distritos da bauxita de Paragominas-Tiracambú e de caulim do Capim — deverão ser contemplados os projetos relacionados com a siderurgia, metalurgia do alumínio, silício, cobre e níquel, e refino do ouro, bem como a fabricação de papel. É necessário que se encontrem novas soluções para a questão energética da região”

“...”.

Neste assunto recomenda-se, também, com respeito ao Mapeamento das Províncias Minerais da Amazônia, a consulta ao site da ADIMB (23),

8 – Quanto malha de transportes, nada existe. Os acessos mais próximos são ferrovia ou hidrovia, e, bastante distantes do local, estão estradas de rodagem e aeroporto (24). Podemos conferir o Atlas (25), com o livro “ Geopolítica e Modernidade” (26) onde vê-se gráfico de previsão de campanha do candidato Fernando Henrique Cardozo, que ainda que em proposta, não previu atendimento à área, bem como, com outros gráficos do livro “Geopolítica e o Futuro do Brasil – Amazônia Ocidental e Pantanal - Comunidade Sul-Americana”, (27).

9 – Quanto ao sistema elétrico, em 1999, segundo Atlas do IBGE (28), a oeste e a noroeste, do Meridiano de Tordesilhas, acima do Estado Mato Grosso do Sul, só há linhas de transmissão junto às capitais, não há usinas nucleares, nem subestações, há 7 Usinas Hidroelétricas, de até 1000 kw; e as linhas de transmissão, estão próximas às usinas hidroelétricas; quanto à Termoelétrica 1 : um único gasoduto, próximo à Manaus; duas Termoelétricas à gás natural; Quanto à Termoelétrica 2 : oito Termoelétricas à óleo diesel e três, à óleo combustível.

10 – Quanto aos meios de comunicação, consultamos o Atlas Escolar do IBGE (29), cujo o mapa não indicou existir ali provedor de internet. Assinalou acesso por TV a cabo, e contato, através de radio AM. Para fazer a inclusão digital das pessoas no local era preciso o sinal de radio AM, menos mal.

Por ser pertinente, testemunhamos gestões feitas pelo Executivo e Legislativo, quando em 21 de maio de 2010, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro, assistimos a uma Audiência Pública de Inclusão Digital, convocada por deputado, autor de projeto de lei sobre a regularização e funcionamento de Lan Houses, em todo o país.

Naquela ocasião, soubemos que o governo descobrira que mais de 50% dos acessos à internet, em todo o Brasil, advinham deste tipo de estabelecimento e, que a maioria estava na economia informal, razão pela qual se pretendia regulamentar, por lei, o assunto, fazendo-o, após ouvir os profissionais da área.

Durante a audiência foi trazida, por participantes, a informação de que uma vez legalizados seus estabelecimentos, estariam dispostos a servir de veículo para ensino à distância. Para que isto ocorresse, o Estado brasileiro estava fazendo gestões no sentido de disponibilizar o sinal (AM) de rádio necessário para que a internet fosse acessível - do Oiapoc ao Arroio Chuí.

Na ocasião, representantes do SEBRAE e do IBGE explicaram como os proprietários dos estabelecimentos poderiam simplificar a burocracia, e atender a demanda existente, por inclusão digital, desde 2000.

Posto isto, e analisando os dados anteriores, temos a dizer que há baixa densidade demográfica na região: há interesses em nossa riqueza em águas potáveis; assim como há oportunistas, se passando por índios, enquanto viajam para o estrangeiro em busca de apoio para suas pretensões fundiárias; há interesses estrangeiros em minérios, há brasileiros indígenas sendo monitorados para proteger interesses estrangeiros econômicos, disfarçados em ecológicos; e ao mesmo tempo existe a destruição de nossa biodiversidade, com as queimadas e o Estado Brasileiro não está representado ali e agora, por órgãos estatais, nem, pelas Forças Armadas: guardiãs de nossa Soberania, de nas fronteiras - A Aeronáutica - responsáveis (pelos ares) pela distribuição de remédios e alimentos, com o Correio Aéreo Nacional - CAN, nos lugares da Amazônia de difícil acesso, os da Marinha (pelas águas), no trabalho incansável dos seus médicos a bordo de embarcação Hospital, atendendo à população brasileira ribeirinha isolada, bem como, o Exército (por terra) protegendo nossas fronteiras e lá resumindo a figura do Estado brasileiro, nos mais longínquos rincões. Por oportuno, transcrevemos, abaixo, o alerta do especialista Breno Augusto dos Santos, colhida, no site em 27 de setembro de 2010 (30) :

"Algumas áreas da Amazônia apresentam vocação natural para uma industrialização baseada nos insumos minerais. No caso específico de Carajás — onde, ao lado da riqueza mineral da própria província, somam-se os distritos da bauxita de Paragominas-Tiracambú e de caulim do Capim — **deverão ser contemplados os projetos relacionados com a siderurgia, metalurgia do alumínio, silício, cobre e níquel, e refino do ouro, bem como a fabricação de papel** .É necessário que se encontrem novas soluções para a questão energética da região. As grandes hidrelétricas têm apresentado altos custos financeiros e ambientais, que comprometem todo o processo de desenvolvimento. Alternativas poderiam ser encontradas na utilização sustentada da biomassa e do gás natural. O crescimento industrial da Amazônia vai depender de disponibilidade energética competitiva, mas de fontes ecologicamente corretas, para que seus produtos não sofram rejeição nos mercados cada vez mais seletivos e críticos. Os recursos minerais da Amazônia somente poderão dar maior contribuição ao desenvolvimento nacional — e regional — quando o processo de industrialização do país permitir a elaboração de produtos finais com elevado grau de tecnologia agregada. Só assim será possível uma melhor remuneração para os produtos de

origem mineral, que tenham maior competitividade nos mutantes mercados atuais, num mundo onde há enorme diferença entre exportar *potato chips* ou *micro chips*. Investimentos terão que ser feitos para o desenvolvimento de uma competência científica e tecnológica na Amazônia, voltada para a sua realidade e seus recursos. E, antes de tudo, é necessário que sejam feitos esforços para a valorização do homem da região, para que ele possa participar — com responsabilidade — e usufruir — com qualidade de vida — do aproveitamento de suas riquezas. A Amazônia precisa ser melhor conhecida em toda sua complexidade física e biológica para que a utilização de seus recursos realmente possa significar evolução econômica e social da população do Brasil, e da própria humanidade. Talvez a avidez por lucros a curto prazo e a qualquer preço desses tempos de globalização econômica insensível venha a contribuir para acelerar o saque de seu patrimônio mineral e biológico — e essas preocupações venham a ser lembradas apenas como um sonho utópico de alguns cientistas”.

Finalmente, cabe aqui o alerta: o Gal. Carlos Patrício Freitas Pereira, em 2007, publicou o livro “Geopolítica e o Futuro do Brasil – Amazônia Ocidental e Pantanal - Comunidade Sul-Americana”(31), no qual, em projeção para o ano 2020, anteviu o surgimento de um vazio demográfico, nas fronteiras oeste brasileiro, se expandindo para os países vizinhos, ou seja, abandono maior !!!

PARTE II - Os PENSADORES:

Vejamos o que os intelectuais dizem sobre Geopolítica e Estratégia:

O ilustre Professor Celso Duvivier Albuquerque Mello, falecido em 2005, (32) ensinava em suas aulas:

“chamava a atenção para a perda da exclusividade da ação internacional do Estado, o desafio que este passou a enfrentar com a ingência de outros atores políticos, como as ONGs, os grupos de interesses internacionais, as internacionais religiosas e as grandes corporações transnacionais, bem como, de outros sujeitos de direito na ordem pública mundial, como o ser humano individualmente e as organizações internacionais, acentuando que a compreensão desse quadro pós-Vestfália só se daria numa perspectiva multidisciplinar, considerando a velocidade dos acontecimentos históricos e das transformações na sociedade informacional global do Terceiro Milênio.”

No Brasil, após a crise econômica de 2008, tornou-se imperioso apressar o desenvolvimento do país, aproveitando a situação de vantagem, advinda do fato de nossa economia não ser dependente das exportações.

Entretanto, sentimos os efeitos malévolos da globalização, toda vez que pretendemos reiniciar (após vinte anos) o desenvolvimento energético, utilizando nossos recursos hídricos, encontramos resistência interna e externa ao fazê-lo. A situação piora, se pretendermos construir a Usina de Belo Monte, ocasião em que se levantam ferozes índios munidos de facão (quem poderá esquecer a cena, ocorrida, há alguns anos, quando o engenheiro chefe foi ferido?) ou então apelo de estrangeiros, engajados em algum projeto que não interessa ao Brasil.

A globalização entra num país, na esteira das multinacionais, e desfragmenta. Não podemos deixar que forças venham a desfazer a harmonia nacional.

Para estancar esta situação temos que avaliar através da Geopolítica e usar a estratégia certa para remover o que pode vir a nos prejudicar.

Senão vejamos:

Geopolítica:

Gal. Carlos Meira Mattos (33), falando das raízes da Geopolítica ensinou:

É o produto da evolução da observação gradual da ação do homem na exploração do meio”; “...a aplicação da Política aos Espaços

Geográficos, sob a inspiração da História”. ; “Constatamos que os três ramos científicos formadores da Geopolítica saíram enriquecidos da batalha da modernidade, assegurando a plena vitalidade conjuntural da ciência que integram, agora mais capacitada do que há cem anos, quando nasceu, a oferecer ao estadista a visão prospectiva dos interesses políticos do Estado ou do grupo de estados aliados. A Geopolítica, hoje, está muito melhor aparelhada, para avaliar o interesse nacional ou internacional de sua causa.”

Já A. Del Valle, *in* “Guerras contra a Europa” (34), define Geopolítica moderna como:

“uma abordagem pluridisciplinar, bastante estrita, sobre a estratégia militar, os dados geográficos, a Ciência Política e a concepção civilizacional da História. Desde alguns anos tem-se a tendência a acrescentar um quinto elemento, a economia, de onde a utilização do termos ‘geoeconomia’. Ela privilegia as configurações espaciais, geográficas e geoeconômicas e leva em conta as rivalidades de poderes á medida que estas atuam sobre territórios, já que o controle (ou a posse) do território é um meio de exercer uma autoridade ou uma influência sobre os homens e os recursos que aí encontram”.

Celso Duvivier Albuquerque Mello (35), em suas aulas

“afirmava a estreita relação da Geopolítica com a sociologia, a história, a Geografia, a Demografia, a Economia e as Relações Internacionais, propugnando pelo seu estudo de forma integrada, isto é, numa interface com o Direito Internacional (...) Chamava a atenção para o estudo da Geopolítica, mostrando que apesar das desterritorializações da soberania dos Estados, o território não perdeu sua importância, pois será sempre o elemento que, junto com a população e um governo que demonstre o controle legítimo da coerção, conceituará o Estado, forma de organização política das comunidades humanas que até hoje não foi superada.”

P. Chaval (36) afirmava

“entender a complexidade das relações entre o ser humano, sua cultura, identidade e o território. Este interfere no funcionamento das sociedades por intermédio do seguinte: sua forma; extensão; posição em relação aos outros grupos humanos; base de recursos físicos; ocorrência de acidentes naturais e o diferencial gasto de energia e de tempo à sua superação; e, sobretudo, pelo poder simbólico e de representação a ele atribuído.”

Y. Lacoste (37) opinava, numa outra vertente que:

“a Geopolítica, contudo, não chega a ser uma ciência e sim um estudo das rivalidades territoriais de poderes e de suas repercussões na opinião”.

João Eduardo Alves Pereira (38) concluiu que

“ A Geopolítica continua a ser relevante às Relações Internacionais neste início de século XXI, porque toca na questão das representações, as quais podem legitimar projetos de poder que unem os interesses estratégicos de Estados nacionais àqueles das grandes

corporações transnacionais com sede neles. Isto é, as representações podem facilitar a junção da Geopolítica com a Geoeconomia.”;

Dentre os brasileiros que se esmeraram no estudo da Geopolítica (39) temos: Alberto Torres; Oliveira Vianna; Everardo Backheuser; Mário Travassos (Projeção continental do Brasil - 1931); Cassiano Ricardo (Marcha para o oeste - 1942); Brig. Lysias Rodrigues (Geopolítica do Brasil - 1947); Luiz Viana F^o; Gal. Golbery do Couto e Silva (Geopolítica do Brasil - 1967); Gal. Humberto Castelo Branco (Discursos); Terezinha de Castro (América do Sul: vocação geopolítica 2000); Gal. Carlos Meira Mattos (Geopolítica e Modernidade 2002).

Estratégia:

Na língua portuguesa a palavra Estratégia significa (40):

“a arte de aplicar os meios disponíveis, com vistas à consecução dos objetivos específicos.”; Ou, ainda: “arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos”.

Afinal, como os estudiosos a definem?

Na década de 1960, o general francês André Beaufre (41) escreveu o livro “Introdução à Estratégia”, que se tornou um clássico, até nossos dias. Dentre as muitas reflexões suas sobre o assunto, escolhemos as seguintes:

“a arte de fazer a força concorrer para atingir os objetivos da política”; “a estratégia repousa no jogo abstrato, resultante, como disse Foch, da oposição de duas vontades”; ou ainda: “a arte que permite, independentemente de qualquer técnica, dominar o problema que coloca em si todo o duelo, justamente para permitir empregar as técnicas, com o máximo de eficiência”.

A estratégia pode ser subdividida em (42): - “tática a arte de empregar armas no combate, para obter o melhor rendimento” e; - “logística é a ciência dos movimentos e dos suprimentos.”

Por ocasião do lançamento da supracitada obra, do General André Beaufre, o, então, Diretor da Biblioteca do Exército Editora e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, vetusta instituição, o Coronel L. P. Macedo Carvalho, na apresentação do livro, afirmou com clareza (43):

“Nos tempos modernos, a estratégia ganhou dimensões incomensuráveis, extrapolando o domínio dos militares e estendendo-se à esfera da diplomacia, da economia, da política, do psicossocial, da tecnologia etc. daí afirmar-se, hoje, ser estratégia a arte ou a ciência de desenvolver e aplicar o poder nacional em toda a vasta amplitude, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, ou o “jogo abstrato” no conflito de vontades para impor a vontade de um dos contendores sobre o outro, valendo-se dos meios disponíveis da

melhor forma. (.....) Nos dias atuais, de entrechoques de civilizações num mundo globalizado e fragmentado, mais do que nunca se faz imprescindível interpretar os sinais da era vivida, ser capaz de reconhecer como a conjuntura internacional evoluiu e quais as prováveis tendências do porvir, concomitantemente buscando determinar os interesses nacionais para definir o que fazer – a política e a estratégia a adotar (...). Avulta, assim, a importância de se possuir uma visão estratégica global dos acontecimentos mundiais para ajudar na reavaliação dos meios e dos valores empregados, ao pesar as decisões tomadas, os métodos usados e as realizações obtidas.”

Admirável foi a Estratégia dos portugueses, quando no século XVI, depois do Tratado de Madri, conseguiram manter o território intacto (44), com a construção de oito fortes, a saber: “Forte Macapá; Forte São Joaquim do rio Branco, no Acre; Forte São José de Marabitanas, em São Gabriel da Cachoeira; Forte São Gabriel; Forte Tabatinga; Forte Príncipe da Beira, em Rondônia; Forte Coimbra; Forte Iguatemi; Forte Jesus Maria e José.

Hodiernamente, quanto à Estratégia, no que diz respeito à Amazônia, há alguns anos, foram efetuadas medidas para coibir qualquer exploração de riquezas brasileiras. Para tanto, o Estado Brasileiro pretendeu usar seus dois braços: Diplomacia (Tratado de Cooperação Amazônica) e Forças Armadas (projeto Calha Norte e do SIRVAM/SIRPAM) mas, tais gestões não foram suficientes para trazer a segurança necessária para o Brasil, em tempos de Globalização.

PARTE III - O EXECUTIVO BRASILEIRO:

a) Estratégia do Estado Brasileiro para a Amazônia Brasileira:

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), em seu site (45) deu publicidade a texto intitulado “Amazônia no século 21 – desafios e contribuições”, advindo da gestão do Ministro Unger Mangabeira, que demonstra a postura brasileira - diante da expectativa internacional nos dando opções entre uma Economia Ecológica e uma Economia Ambiental – ao escolher o tipo de Desenvolvimento fundado em Economia Ambiental, por ser o que convém ao Brasil, que é detentor de biodiversidade e lhe cabe achar o caminho, para dominar a tecnologia de desenvolvimento, em floresta tropical;

b) Estratégia para o Brasil:

Samuel Pinheiro Guimarães (atual titular da Secretaria para Assuntos Estratégicos – SAE, junto à presidência da República) (46) em recente entrevista de fevereiro do corrente ano afirmou sobre o “Plano Brasil 2020”: “,,trata-se de um projeto de metas e ações estratégicas para guiar o desenvolvimento do Brasil. A data é a do bicentenário da Independência do Brasil...”

De acordo com o site oficial da SAE (47) o Plano Brasil 2020, atualmente a sua 6ª edição, que, desde 1998, até a versão atual, mantém a disposição de delinear um projeto estratégico de desenvolvimento, à longo prazo, para o país.

Trata-se de disposição de Estado e não de Governo.

No âmbito da Secretaria para Assuntos Estratégicos existe a Subsecretaria de Ações Estratégicas (SSAE) que é:

“um órgão da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), criado em julho de 2008 por meio do Decreto nº 6.517 do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A SSAE **tem como principal objetivo propor, em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, a elaboração de ações e projetos estratégicos de longo prazo.** São, também, finalidades da Subsecretaria: “Consolidar os projetos de longo prazo para a formulação de uma estratégia nacional; etc”.

Pois bem, a construção da Hidroelétrica de Belo Monte consta entre as ações estratégicas a serem viabilizadas, alcançando a integração do imenso território Brasileiro.

c) Estratégia para 2022

“O Brasil em 2022”, é texto de autoria do ministro e datado de **30 de julho de 2010, o qual no (48) §19**, assim dispõe:

“Para que o Brasil atinja essas aspirações nacionais em 2022 – ser um Estado soberano e democrático, ser uma sociedade justa e progressista, ser um país em acelerado desenvolvimento – teremos todos nós: trabalhadores, empresários, políticos, profissionais, intelectuais, militares, artistas, administradores, homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, de enfrentar até 2022 os árduos desafios de reduzir as disparidades sociais, eliminar as vulnerabilidades externas, realizar todo o potencial de nosso território e de nosso povo.

d) *Meta optata*, para 2022 :

No mesmo texto, (48) § 18:

“A integração física do território se dará pela construção de uma matriz de transportes que, ao lado da eficiência ambiental, permitirá a circulação rápida e a baixo custo dos bens produzidos em cada região do país. A integração física depende da ampliação do sistema energético de tal forma que, preservado o meio ambiente, as regiões mais distantes e suas populações tenham a possibilidade física de processar seus recursos naturais e a eles agregar valor, aumentando sua produtividade e sua renda. Um moderno sistema de comunicações em 2022 permitirá a cada brasileiro, nos mais distantes rincões, ter acesso a serviços e informações de toda ordem, necessários a sua plena participação no sistema econômico e social do país.”

A Infraestrutura teria, entre outros itens, os objetivos alcançados:

“Para Energia : alcançar 50% de participação de fontes renováveis na matriz energética; elevar para 60% o nível de utilização do potencial hidráulico;dobrar o consumo per capita de energia;instalar quatro novas usinas nucleares

Para Comunicações: assegurar acesso integral a banda larga a velocidade de 100 mega bits a todos os brasileiros; ter em órbita dois satélites geoestacionários brasileiros;

Para Transportes: dobrar a produção de transporte de carga; dobrar a participação do transporte aquaviário na matriz de transportes; aumentar em 50% a participação das ferrovias na matriz de transportes; reduzir em 40% o consumo de combustível fóssil; dobrar o número de municípios e consórcios municipais atendidos por serviços aéreos; ter serviços aéreos em todos os municípios ou consórcios municipais da Amazônia.”

e) Estratégia para a América do Sul (49), do mesmo autor :

1. **“Perspectivas (§61)** As características da América do Sul – grande riqueza mineral e energética; grandes extensões de terras aráveis não utilizadas; população cada vez mais urbana em processo de estabilização demográfica; regimes políticos estáveis; inexistência e distância geográfica de áreas de conflitos intensos – tenderão a condicionar o papel da América do Sul em um cenário político mundial em que a disputa pelo acesso a recursos naturais e a alimentos será fundamental. De outro lado, para um grande número de países, com a concorrência chinesa e com a dificuldade de promover políticas nacionais de industrialização, será difícil agregar maior valor à produção e às exportações e diversificá-las, para reduzir a vulnerabilidade externa”.
2. (§68)“Caso o desenvolvimento de cada país da região for deixado ao sabor da demanda do mercado internacional e dos humores das estratégias de investimento das megaempresas multinacionais, as assimetrias entre os Estados da região, e dentro de cada Estado, se acentuarão assim como as tensões políticas e os ressentimentos, o que virá a afetar de forma grave as perspectivas de desenvolvimento do Brasil.”
3. (§67) “Os países da região maiores e mais avançados, econômica e industrialmente, terão de articular programas de desenvolvimento econômico para estimular e financiar a transformação econômica dos países menores; abrir, sem exigir reciprocidade, seus mercados e financiar a construção da infraestrutura desses países e sua interligação continental. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM é um primeiro passo nesse sentido, ao reconhecer a especial responsabilidade dos países maiores no desenvolvimento do Mercosul e seus princípios podem servir como base para um programa, que terá de ser muito mais amplo, no âmbito sul-americano”.

No que diz respeito à Amazônia, há alguns anos, foram efetuadas medidas estratégicas para coibir qualquer exploração de riquezas brasileiras. Para tanto, o Estado Brasileiro pretendeu usar seus dois braços: Diplomacia (Tratado de Cooperação Amazônica) e Forças Armadas (projeto Calha Norte e do SIRVAM/SIRPAM) mas, tais gestões não foram suficientes para trazer a segurança necessária para que o Brasil permaneça “um gigante adormecido em berço esplêndido”, em tempos de Globalização. São urgentes medidas mais pontuais.

Há décadas não são feitos investimentos no setor energético. A Hidroelétrica de Belo Monte estará, em local estratégico, no sub-continente.

Um sistema de comunicações eficiente será medida estratégica, visando acesso de todo brasileiro ao pleno exercício da cidadania, perante o sistema econômico e social do país.

Ora, havendo energia e comunicação digital, logo teremos estradas e transporte, interligando, o que hoje é o vazio demográfico.

Conclusão

O Estado é a organização política das comunidades humanas. Compõe-se de população; governo, que demonstre controle legítimo de coerção, e território, que consista no espaço **no qual o Estado exerça a sua soberania**. Ocorre a ‘desterritorialização’ da soberania (quando sob a perspectiva multidisciplinar) por força da ingerência que atores internacionais manifestados dentro do território de outro Estado, sob os efeitos da globalização, que podem ameaçar à unidade nacional e, entre nós há agravamento, por desigualdades regionais (50). Mas, nem assim, o território perde a sua importância.

Este trabalho analisa, sob as lentes da geopolítica, a estratégia escolhida pelo Estado brasileiro, para manter íntegro o território nacional, ininterrupto e rico, em biodiversidade e minérios e as conseqüências advindas.

O Estado brasileiro tem de estar atento, para o fato de que a rede da internet, disponível aos distantes brasileiros, pode não bastar para a integração cultural de todo o território nacional. Ora, o ensino, a distancia, pode ser integrador, mas, não impedirá a conexão digital, com a cultura de outros países.

Ninguém desconhece que administrar um país, com dimensões continentais, é difícil, mas o Estado brasileiro tem de ser acessível em todos os lugares, de modo que cada brasileiro usufrua das vantagens da cidadania, isto não está acontecendo!

Em grande parte do Brasil ocorre êxodo rural para as cidades, deixando parte do território desocupado, mas há lugares em que nunca houve qualquer desenvolvimento, como este de Belo Monte, objeto da cobiça internacional, por conter vegetação, minérios e água potável.

Entretanto, no local crítico, em que o governo brasileiro quer construir a Hidroelétrica de Belo Monte não há a presença do Estado, nem ali estão as Forças Armadas.

Algumas vozes levantam-se contra a construção da Hidroelétrica. Podemos dizer que, assim pensa Breno Augusto dos Santos (50), que argumenta haver alto custo financeiro de obra, pode ainda ser seguido de prejuízo, com a rejeição do “Mercado” cada vez mais seletivo (ainda que

alcancemos “produtos finais, com elevado grau de tecnologia agregada”). Ora, o Mercado tem de respeitar nossa rejeição, ao tipo de Economia Ecológica!

O Estado brasileiro definiu-se pelo modelo de Economia Ambiental, não se submetendo a pressões externas. Repetimos: manifesta-se a Soberania Nacional, quando o governo demonstra o controle legítimo de coerção, se for o caso.

Na região que o Estado brasileiro pretende construir a Hidroelétrica há baixa densidade humana e falta de desenvolvimento. Em 1967 (51), o Gal. Golbery do Couto e Silva identificara ali, como um dos cinco núcleos cruciais.

Gráfico do Gal. Meira Mattos (52), demonstra a possibilidade de haver sistema de transportes sul-americano, deixando vazio o local de Belo Monte.

Pertinente é o alerta do Gal. Carlos Patrício Freitas Pereira, quando (53) fazendo uma projeção para o ano 2020, anteviu o surgimento de um vazio demográfico, nas fronteiras do oeste. **Nesta região, há o Aquífero Guarani!**

Em tempos de globalização (54) existe imensa influência externa, tentando manipular os Governos, de modo a diminuir a ingerência do Estado brasileiro sobre o seu território ininterrupto e rico, em biodiversidade e minérios.

Chegou ao nosso conhecimento, em 08 de setembro de 2010, que transitava pela internet, abaixo-assinado digital, com argumentos arditos, para impedir que seja efetiva a presença do Estado, no local.

Tratou-se de tentativa de desterritorialização da Soberania Nacional, entendida como sendo a ingerência de atores internacionais, dentro do território de outro Estado, em virtude dos meios da globalização.

A fragmentação do Brasil, não favorecerá a brasileiros, mas a tão somente, às potências estrangeiras, que temendo futura escassez de alimentos, rondam, em busca de descuido dos que têm o dever de cuidar do território - que os portugueses, no passado, tão penosamente, mantiveram, para nosso gozo e fruição. Será que nossos filhos poderão dizer o mesmo de nós?

Destarte, cabe o reconhecimento de que o Poder Executivo agiu com correta condução, sobre a estratégia para o Brasil. Afinal, o que está em jogo é a soberania nacional. O mesmo não podemos dizer quanto à Estratégia para a América do Sul - como vemos, nos textos do ex-Min. Samuel P. Guimarães. Suficiente será o nosso desenvolvimento, no Cone Sul. Será o vetor de desenvolvimento e integração, dos países pan-amazônicos.

Já é tarde demais para esperarmos os vizinhos de língua espanhola, enquanto outros, nas Guianas, certamente estarão em outro compasso, o da União Européia!

A Hidroelétrica Belo Monte é a peça inicial, indispensável, da ampliação do setor energético, mas deve ser seguida de construção de malha de transporte e de acesso a um moderno sistema de comunicações – atualmente em construção – “para levar, a todos os brasileiros, serviços e informações de toda ordem, necessários a sua plena participação no sistema econômico e social do país”, como previu nosso ex-Ministro dos Assuntos Estratégicos, para a ambiência do bicentenário da Independência (2022).

Mas, e depois de 2022 ?

Muitos são os motivos, por isto, o Estado brasileiro, independente do governo de época, vem estudando o assunto, através da Geopolítica e agindo com a Estratégia, tem tomado decisões que nem sempre agradam a todos, mas, que são necessárias ao país e aos brasileiros, sejam eles: pretos; brancos; asiáticos; índios; mulatos; mamelucos; cafusos.

Agora é hora de dizer: Desenvolvimento já !

Professor Adherbal Meira Mattos, no artigo “Amazônia: Política Nacional, Estratégia Regional e Integração Continental” (2) **propõe um Plano Nacional para a Amazônia Brasileira, capitaneado pelo Estado e, que seja uma verdadeira Aliança Nacional, tendo como meta optata o exercício da Soberania brasileira.**

Urgentemente devem ser tomadas medidas pontuais, para socorrer o Brasil, que, corre perigo de perder o centro do território, fragmentando-se e, levando junto os vizinhos da Amazônia Ocidental.

Somente a conjugação de forças fará com que atravessemos o primeiro século do milênio, sem a fragmentação territorial, á oeste do Meridiano de Tordesilhas!

REFERÊNCIA

- 01 – Existência de rebanho, entre 1995 e 1996, de 400.000 a 799.900 cabeças, segundo o “Atlas Geográfico Escolar”, IBGE, 2ª Edição, p.138, RJ, 2004
- 02– Recomenda-se a leitura de: (a) **Berardo**, Telma in: “Soberania, um novo conceito?” na Revista de Direito Constitucional e Internacional, nº 40, p. 21/45; (b) **Mattos**, A. Meira in: (b’) “Direito, Soberania e Meio Ambiente”; (b’’) “O interesse nacional e os interesses internacionais na Amazônia brasileira”, Conf. de 1990 e (b’’’) “*Amazônia, Política Nacional, Estratégia Regional e Integração Continental*” publicado na Revista do IAB, nº 96/2007.
- 03– Recomenda-se a leitura de: (a)**Silva**, F. C. Teixeira da in: “Amazônia Região Pivô da Integração Sul-Americana”, publicado na Análise de Conjuntura OPISA, nº7, RJ, julho de 2006; (b) **Lima**, C. de A.et **Mello**, G. S. Vaz de in “Desenvolvimento Sustentável e Defesa da Amazônia”Rev. IAB, nº86, p.119/140; Rio, 97;
- 04 - www.eletronbras.gov.br
- 05 - br.answers.yahoo.com/question/index?qid...
- 06 - www.ambientebrasil.com.br
- 07- Atlas Escolar do IBGE, Edição 2004, p.118
- 08 – Atlas Escolar do IBGE, *op cit*, p.118
- 09 - www.eletronbras.gov.br
- 10 - Atlas IBGE, *op cit*, p.118
- 11 – www.eletronbras.gov.br
- 12 – Miranda, Evaristo Eduardo in “Quando o amazonas corria para o Pacífico”, p.81;
- 13 - Silva, Lucy Castilho da in: “O exercício da soberania pelo Reino de Portugal na América do Sul”, artigo publicado na Revista do Exército Brasileiro, p. 20-24, vol.144, p. 20-24, 3º quadrimestre de 2007;
- 14 – Mattos, Carlos Meira, in “Geopolítica e Modernidade”, p 65/66;
- 15 – Atlas IBGE, *op.cit.* p 119;
- 16 “A Embrapa para catalogar as Regiões fitoecológicas: usou o sistema fisionômico-ecológico de classificação da vegetação brasileira proposto por Fundação IBGE (1992) e Veloso et al. (1991), resultando em que a regiões fitoecológicas do local, seja : “Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Aberta, ...” - WWW.cnpf.embrapa.br/pesquisa/elb/aspect.htm -
- 17 – Atlas IBGE, *op. cit.*, p.111, referente ao ano de 1976;
- 18 – Atlas IBGE, *op. cit.* p. 109/111;
- 19 – Atlas IBGE, *op. cit.* p.138;
- 20 – WWW.oglobo.com.br;
- 21 - Atlas IBGE, *op. cit.* p. 103;
- 22 - www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103...script;
- 23 - www.adimb.com.br/site/arquivos/palestra_formatada_NOVA.pdf
- 24 – Atlas IBGE, *op. cit.* , p. 149
- 25 – Atlas IBGE, p.151
- 26- Pereira, Carlos Patrício Freitas ,in “Geopolítica e o futuro do Brasil – Amazônia Ocidental e Pantanal - Comunidade Sul Americana”, p.
- 27 - Pereira, Carlos Patrício Freitas, *op.cit.*, p.
- 28 - Atlas IBGE, *op. cit.* p. 150
- 29 - Atlas IBGE, p.152
- 30 - www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103...script;
- 31 – Gal Patrício, *op, cit.* p.
- 32 – Mello, Celso Duvivier de Albuquerque., *apud*, Pereira, João Eduardo Alves, p. 884;
- 33 - Mattos, Carlos Meira, *op. cit.*, p. 17, § 1º e p.51;
- 34 – Del Valle, “Guerras conta a Europa”, p. 29,*apud*, Pereira, João Eduardo Alves, p.878, § 3º;
- 35 – Mello, Celso Duvivier de Albuquerque, *apud*, Pereira, João Eduardo Alves, p. 884;
- 36 – Chaval, P, *apud* Pereira, João Eduardo Alves, p. 878;
- 37 – Lacoste,Y, *apud* Pereira, João Eduardo Alves, p. 878;
- 38 – Pereira, João Eduardo Alves,
- 39 - Mattos, Carlos Meira in “Geopolítica e Modernidade”, p 65/75, Bibliex, RJ, 2002;
- 40 – Dicionário Aurélio, Editora, RJ,
- 41 – Beaufre, André, in ,p. 27;
- 42 - Beaufre, André, in ,p. ;
- 43 - Beaufre, André, in ,p. 7;
- 44 - Silva, Lucy Castilho da in: “O exercício da soberania pelo Reino de Portugal na América do Sul”, artigo publicado na Revista do Exército Brasileiro, p. 20-24, vol.144, p. 20-24,
- 45 – Guimarães, Samuel Pinheiro, entrevista a Revista “Isto É, nº 2100, de 10.02.2010;
- 46 - www.index.php/08/2010/ministro;
- 47 - www.sepl.pr.gov.br/modules/conteudo.php?conteudo=92;

- 48 - www.sae.gov.br/site/?p=2847;
- 49 - www.sae.gov.br
- 50 - www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103...script.;
- 51 – *apud* Mattos, Carlos Meira, *op. cit.*, p.68/69;
- 52 – Mattos, Carlos Meira, *op cit*, p.74;
- 53 - Pereira, Carlos Patrício Freitas,*op. cit.*
- 54 - Silva, Lucy Castilho da *in*: “Amazônia do sec. XXI e o Mercosul”, artigo *in* Rev. Digital, 3, do IAB.

BIBLIOGRAFIA:

- Berardo**, Telma *in*: “Soberania, um novo conceito?” *IN*: Da Revista de Direito Constitucional e Internacional, nº 40, p. 21/45;
- Beaufre**, André *in* “*Introdução a Estratégia*” *Bibliex*, RJ, 1998
- Chaval**, P, (*apud* João Eduardo Alves Pereira, no artigo “*Novas perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo*” - *Estudos em homenagem a Celso Duvivier Albuquerque Mello, de Carlos Alberto Menezes Direito, et alii*, p.878)
- Côrtes**, Marcos Henrique Camillo *in*: “As violações “invisíveis” das fronteiras”, artigo publicado em A Defesa Nacional”, ano XCII, nº 85, maio/ago de 2006;
- Del Valle**, *in* Guerras contra a Europa, p. 29, Ed. Bom Tempo, RJ, 2003,
- Dewar**, Elaine *in*: “Uma demão de verde”, Ed. Capax Dei, RJ, 2007;
- Guerra**, Sidney Cesar Silva *in* “Direito Internacional Público”, Ed. Freitas Bastos, RJ, 2007;
- Guimarães**, Samuel Pinheiro *in*: “Desafios brasileiros na era dos gigantes”, Ed. Contraponto, RJ, 2005;
- Jaguaribe**, Hélio *in* “Urgências e Perspectivas do Brasil”, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2005;
- Lacoste**, Y (*apud* João Eduardo Alves Pereira, no artigo “*Novas perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo*” - *Estudos em homenagem a Celso Duvivier Albuquerque Mello, de Carlos Alberto Menezes Direito, et alii*, p.878)
- Lima**, Carlos de Araújo *in* “Desenvolvimento Sustentável e Defesa da Amazônia” *Rev. IAB*, nº86, Rio, 1997;
- Marum**, Jorge Alberto de Oliveira *in*: “Meio Ambiente e Direitos Humanos”, artigo publicado na Revista de Direito Ambiental, nº 28, p. 117-138;
- Mattos**, Adherbal Meira *in*: “Direito, Soberania e Meio Ambiente” , Ed. Destaque, RJ, 2001;
 _____ “O interesse nacional e os interesses internacionais na Amazônia brasileira”, Conferência proferida em 1990;
- Mattos**, Carlos, Meira *in* “*Geopolítica e Modernidade*” ,*Bibliex*, RJ, de 2002.
- Mello**, Celso Duvivier Albuquerque, *apud* João Eduardo Alves Pereira, no artigo “*Novas perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo*” - *Estudos em homenagem a Celso Mello, de Carlos Alberto Menezes Direito, et alii*, Editora, p. 884
- Miranda**, Evaristo E. de *in* “Quando o Amazonas corria para o Pacífico”, Ed. Vozes, SP, 2007;
- Pellegrino**, Anderson César T, no artigo: “Que inserção? O movimento de transnacionalização do capitalismo e os atuais dilemas do desenvolvimento brasileiro, no pensamento de Celso Furtado” *in* “Mercosul em Debate”;
- Pereira**, Carlos Patrício Freitas ,*in* “Geopolítica e o futuro do Brasil – Amazônia Ocidental e Pantanal – Comunidade Sul Americana”, *Bibliex*, RJ, 2007
- Santos**, Breno Augusto dos - *in* “Recursos minerais na Amazônia”, *in* Estudos Avançados, da USP, vol 16, nº 45, SP, maio/agosto de 2002, *apud* **Pereira**, João Eduardo Alves, no artigo

“Novas perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo” - Estudos em homenagem a Celso Duvivier Albuquerque Mello, de Carlos Alberto Menezes Direito, *et alii*,

Serna, Miguel in: in “Desarrollo “desigual” e integração das Múltiplas assimetrias Del Mercosul” publicado em “Mercosul em Debate”;

Silva, Francisco Carlos Teixeira da in: “Amazônia Região Pivô da Integração Sul-Americana”, publicado na Análise de Conjuntura OPISA, nº7, RJ, julho de 2006;

Silva, Lucy Castilho da in: “O exercício da soberania pelo Reino de Portugal na América do Sul”, artigo publicado na Revista do Exército Brasileiro, p. 20-24, vol.144, p. 20-24, 3º quadrimestre de 2007;

_____ in: “Amazônia do séc. XXI e o Mercosul”, IN: Revista Digital, 3, do IAB.

*** O texto publicado não reflete necessariamente o posicionamento do IAB**